



Trabalhadores da Companhia Siderúrgica do Atlântico correm em pânico temendo a explosão

Vídeo mostra pânico na TKCSA

Morador relata ocorrência de acidente na Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), localizada em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

[Página 3](#)

Debate encerra comemorações de 80 anos do Senge

Sindicato realizou no dia 12 de dezembro o debate 'Primavera Árabe - a história que a mídia não contou', com o jornalista Mário Augusto Jakobskind e com o cartunista Carlos Latuff.

[Página 7](#)

Senge inaugura Delegacia Sindical

Sindicato dos Engenheiros inaugurou, no dia 9 de dezembro, em Resende, a Delegacia Sindical do Sul Fluminense.

[Página 7](#)

Piscinões não resolvem enchentes no Rio

Foto: Domingos Peixoto / Agência O Globo



Praça da Bandeira: a área é considerada um dos pontos mais críticos da cidade do Rio de Janeiro

Engenheiro afirma que a construção de reservatórios de amortecimento de cheias, os 'piscinões', não resolverão as enchentes no Rio de Janeiro. Ele acredita que é necessário um conjunto de ações integradas.

[Páginas 4 e 5](#)

Engenheiros debatem Licitação do Setor Elétrico

[Página 8](#)

Balanço de 2011 e perspectivas para 2012

Qualquer balanço político do ano de 2011 e qualquer tentativa de visualizar prováveis cenários para o ano que vem terão, obrigatoriamente, que se debruçar sobre a crise que se instalou no coração do sistema capitalista internacional e analisar seus possíveis desdobramentos.

Como a crise tem natureza sistêmica e estrutural, ela deverá atingir de forma diferenciada todos os países. Atualmente, ela impacta de forma avassaladora a Europa sem que os EUA tenham apresentado nenhum sintoma promissor para solução de seus problemas mais graves, principalmente o desemprego.

No Brasil, seu primeiro efeito deletério apareceu na forma de um recrudescimento das tentativas dos empresários em diminuir os custos com a remuneração da força de trabalho e no famigerado ajuste fiscal. O cenário de crise cria as condições para que o capital utilize de todos os meios políticos para avançar nos ativos públicos, como aconteceu no período áureo do neoliberalismo e da "privataria Tucana".

Para o ano de 2012, os trabalhadores deverão concentrar todos os seus esforços e atuar de forma solidária contra a tentativa de repassar os efeitos mais perversos da crise para eles. É fundamental que sejam renovadas as concessões das empresas do setor elétrico. E que seja deflagrada uma luta incansável contra as terceirizações nas atividades fim das empresas e contra os projetos de lei que visam legalizá-las. Também é crucial uma articulação mais ampla da classe trabalhadora via centrais sindicais e partidos de esquerda com a finalidade de ações unitárias e intercategorias, principalmente por ocasião das lutas salariais.

Somente assim será possível minimizar os efeitos da crise e aumentar o grau de consciência dos trabalhadores, que continuam tendo como seu maior inimigo o capital.

Eleições mais democráticas e participativas para o Sistema CONFEEACREA

OLIMPIO ALVES DOS SANTOS*

O processo eleitoral do Sistema Confea/Crea tem demonstrado, historicamente, o descompasso entre as entidades de engenharia e os profissionais. É evidente a prática de eleições que dificultam a participação dos eleitores no pleito: em geral, em torno de 10% do potencial do eleitorado. Essa não pode mais ser uma discussão de poucos em detrimento da maioria. É preciso refletir sobre a necessidade urgente de criar todas as condições para facilitar que o maior número de profissionais exerça o direito legítimo de votar. Mais que isso, urge reverter a visão de que o Sistema Confea/Crea não diz respeito ao profissional.

Desde que foi instituída a eleição direta para o sistema Confea/Crea tem sido assim. Por ser um Conselho, a relação compulsória daqueles que o mantêm é distante, muitas vezes agravada por políticas que não representam os interesses das categorias que ali deveriam estar representadas. O quadro fica mais evidente nas inúmeras dificuldades que esses profissionais encontram para eleger seus dirigentes.

Em âmbito nacional, os fatos se repetem: critérios para locais e quantidades de urnas mudam em função de interesses nem sempre transparentes. Reduzir o número de urnas e colocá-las distantes dos locais de trabalho dificulta em muito a participação de todos. Sem falar nas possibilidades de fraude no sistema atual, que resultam em mais descrédito do sistema junto aos profissionais. É preciso avançar. A maneira mais ágil de fazer isso e tornar o pleito mais democrático e participativo é a eleição pela Internet, inclusive nos sindicatos. Temos que ter um sistema eleitoral seguro, que permita que as pessoas votem

confortavelmente da sua mesa de trabalho ou de casa, do seu computador.

Pesquisa recente do SENGE-RJ, em parceria com o Dieese, revela que 97% dos profissionais no estado conhecem o Sindicato dos Engenheiros, mas destes, apenas 13% são filiados ao sindicato. Não podemos penalizar a categoria ou simplesmente atribuir ao conservadorismo e às campanhas de classe média que desqualificam o sindicalismo, acusando o movimento sindical de oportunista. É claro que em nossos eixos de atuação tem algo equivocado. E um primeiro passo para que isso seja avaliado é rever, em todos os níveis, o processo eleitoral.

Além do atraso tecnológico, as recentes eleições no Rio de Janeiro demonstraram que a união de forças é fruto de muitas lutas e do avanço histórico de um campo político. Essa união é uma de nossas maiores conquistas recentes. A não explicitação clara de qual é o nosso campo, em qualquer processo político, confunde nossas bases, não importa se estamos pleiteando a direção ou se já estamos à frente do

processo. É da maior importância defender bandeiras claras para o sistema Confea/Crea objetivando quais são as tarefas a realizar. Com esse cenário clarificado no campo político o ato de votar se justifica e a mobilização se faz crescente.

Em 2011 conseguimos maioria eleitoral. Um resultado superior à vitória anterior de Agostinho Guerreiro para a presidência do CREA-RJ, mas não avalio que tenha sido uma vitória política. Não soubemos consolidar e ampliar nosso campo político. Se a união de forças está prejudicada em algum elo da sólida corrente de ideias e lutas que nos unem, esta deve ser uma tarefa prioritária para o ano que se inicia. Que venha 2012!

*Olimpio Alves dos Santos, é presidente do Senge/RJ

É DA MAIOR
IMPORTÂNCIA
DEFENDER
BANDEIRAS CLARAS
PARA O SISTEMA
CONFEEACREA



Senge-RJ SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lúcia Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; **Suplentes:** Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO
Engenheiro

Editora: Tania Coelho (Reg. Prof. 16.903)
Jornalista: Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)
Diagramação: Leonardo Santos
Revisora: Rita Luppi
Infográfico: Célia Satil
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Folha Dirigida

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

Vídeo mostra corre-corre no pátio da TKCSA

Na edição de novembro, o *Jornal do Engenheiro* publicou a denúncia de um morador de Santa Cruz contra a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA)

O morador, que não quis se identificar, relatou ter visto, no dia 9 de novembro, uma grande nuvem de fumaça na direção da siderúrgica. Ele disse, ainda, que ouviu um estrondo que alcançou um raio de 500 metros de distância da companhia. Localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, a TKCSA é um empreendimento da empresa alemã ThyssenKrupp, com 73% das ações, em parceria com a brasileira Vale do Rio Doce, com 27%.

Em um comunicado, a TKCSA informou que “não ocorreu acidente com funcionários em sua planta”. A empresa disse, ainda, que na ocasião “foi realizada a abertura de válvulas de segurança do Alto Forno nº1, que acontece sempre que a pressão se eleva no interior do forno, com o objetivo de garantir a segurança do equipamento – procedimento este regular em partidas de operação de fábrica”. A siderúrgica enfatizou que “opera dentro das mais rígidas normas de segurança do trabalho, em acordo com a legislação brasileira vigente”.

Entretanto, apesar de ser considerado pela indústria como um procedimento padrão, uma testemunha, que prefere permanecer anônima, afirmou que o fato causou pânico entre os trabalhadores.

O JE teve acesso a um vídeo amador que, segundo a testemunha, foi gravado durante o fato ocorrido no dia 9 de novembro. As gravações mostram pessoas assustadas correndo no pátio da empresa. No alto da siderúrgica pode ser vista uma chama e uma espessa fumaça.

A Comissão de Direitos Ambientais da OAB/RJ irá constituir um grupo de trabalho que fará uma análise técnica sobre as denúncias de poluição e do licenciamento da empresa. De acordo com o presidente da comissão, Flávio Ahmed, o vídeo será incluído na análise. Ele ressalta que “é um direito da população ter acesso à informação”.

Problemas anteriores

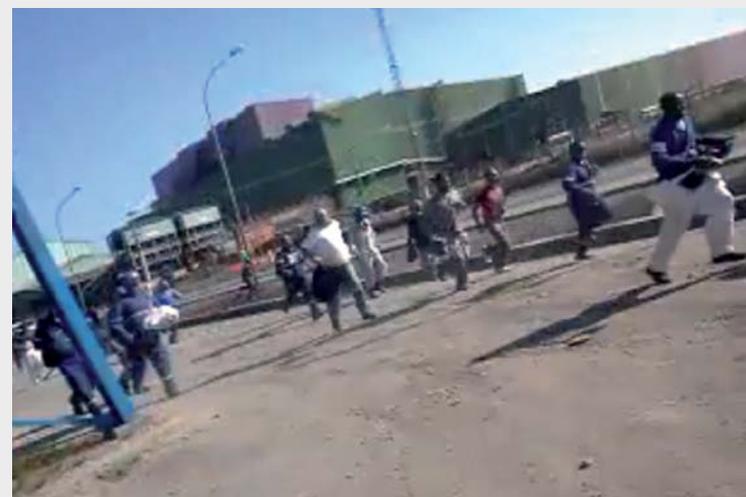
O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro já fez duas denúncias contra a TKCSA, por ter lançado uma fuligem de prata em pelo menos duas ocasiões. Essa fuligem ficou popularmente conhecida como “chuva de prata”. Cientistas da Fiocruz, que alertaram para risco à saúde da população, estão sendo processados pela empresa.

Denúncias na Alemanha

A ThyssenKrupp anunciou no começo de dezembro uma depreciação de 2,1 bilhões de euros (R\$ 5 bilhões)



Acima foto enviada por um morador de Santa Cruz. Ao lado imagens do vídeo



por conta dos empreendimentos nas Américas (Brasil e EUA). A maior parte deste prejuízo é decorrente da TKCSA em Santa Cruz.

Segundo informações do jornal alemão de economia *Handelsblatt*, o problema estaria na coqueria. O equipamento é responsável pelo “cozimento” do carvão mineral em fornos, para perder impurezas e alguns componentes químicos. Nesse processo formam-se os blocos de coque, que depois serão queimados a quase dois mil graus nos dois altos fornos da siderúrgica, para derreter o minério de ferro. O resultado é o ferro-gusa, que na etapa seguinte será transformado em placas de aço na futura aciaria. Os diretores da área de aço, na época, subestimaram os custos, para que o projeto fosse aprovado no conselho de administração da empresa alemã, informou o periódico.

Apesar de a multinacional contar com uma empresa própria e especializada na construção desse tipo de forno, a ThyssenKrupp Uhde, o diretor executivo da ThyssenKrupp mundial, Ekkehard Schulz, junto com os diretores responsáveis para a área das Américas, decidiram comprar o forno de coque da chinesa Citic Group que, segundo o *Handelsblatt*, ainda não tinha experiência suficiente nesse tipo de tecnologia. Mas, à época, a Citic ofereceu a construção da coqueria por um valor inferior ao ofertado pela ThyssenKrupp Uhde.

No início de dezembro, acusado de má gestão, Ekkehard Schulz foi afastado do cargo no conselho de administração da ThyssenKrupp, da qual ele tinha se tornado membro em janeiro de 2011, depois de ser diretor executivo da ThyssenKrupp desde 1998.

Promessas não cumpridas

A tecnologia da coqueria prometia inovar com reaproveitamento dos gases gerados na fabricação do coque para a produção de energia elétrica para uso próprio, através de uma termelétrica, e ainda comercializaria o excedente. Entretanto, de acordo com o periódico, o sistema não funcionou.

Segundo informações do jornalista alemão Christian Russau da revista *Lateinamerika Nachrichten*, que investiga o caso da TKCSA desde 2008, a prevista geração de eletricidade pela queima de gases residuais da coqueria seria utilizada pela ThyssenKrupp que pretendia usar como projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM, na sua sigla em inglês): “Mais um projeto de mera propaganda desta empresa, mais um projeto vazio que se afundou”, conta Christian. “E quem afinal fica com os danos à saúde são os moradores do entorno da empresa.

• Veja o vídeo no site: www.sengerj.org.br

Obras dos piscinões começam em Janeiro

Enchentes e deslizamentos já são parte da temporada de chuvas no Rio de Janeiro, que vai de dezembro a maio. A Praça da Bandeira é considerada um dos pontos mais críticos de alagamentos da cidade. A região liga o centro à zona norte e dá acesso ao túnel Rebouças, que leva à zona sul.

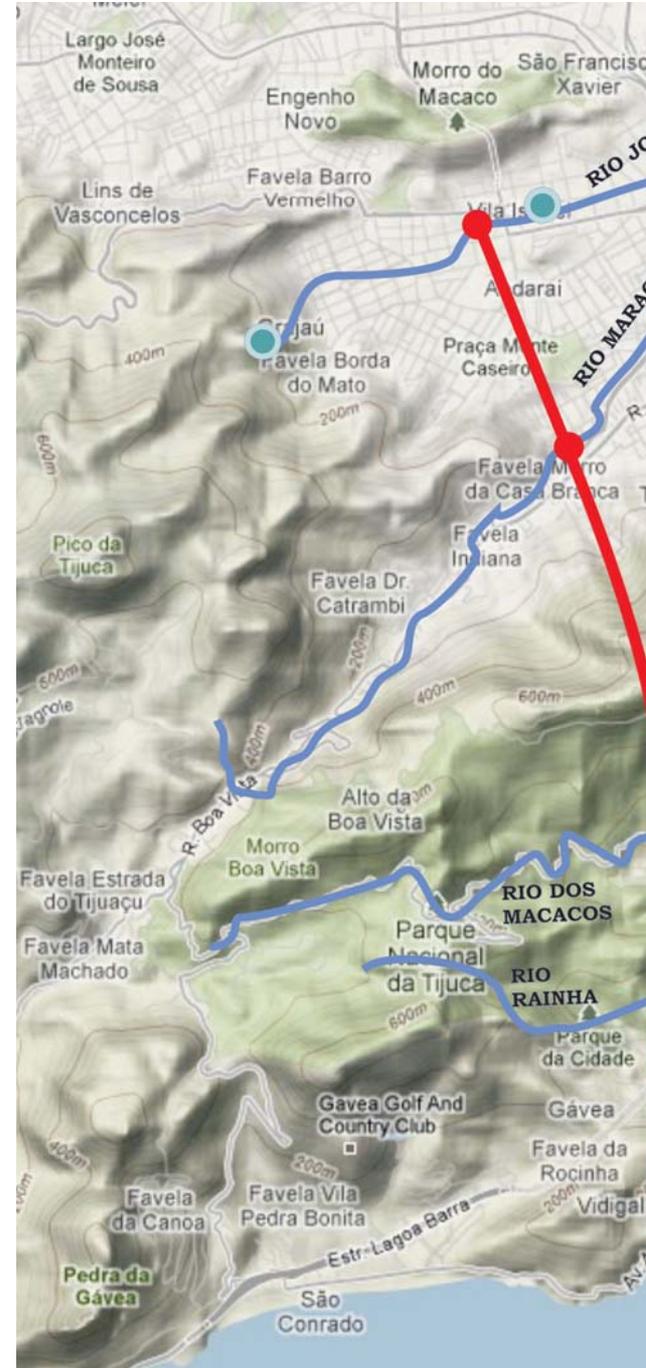
No dia 9 de dezembro a prefeitura concluiu a licitação do projeto que prevê o desvio de três rios e a construção de reservatórios de amortecimento de cheias, conhecidos como “piscinões”. As obras devem começar a sair do papel em janeiro de 2012, com prazo de conclusão de dois anos.

A região da Praça da Bandeira abrigava um manguezal que ia até onde hoje é a Cidade Nova. A geografia do local escoava toda a água que recebia para a Baía de Guanabara. A canalização dos rios e do mangue desequilibrou o sistema hídrico resultando em um ponto de constantes enchentes.

Orçado em cerca de R\$ 292 milhões, o projeto faz parte da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. As obras são consideradas pelo governo como estratégicas para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, pela proximidade do estádio do Maracanã. Entretanto, o projeto recebe críticas.

Para o diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro, José Stelberto Porto Soares, o projeto apresenta soluções momentâneas e não resolve o problema a longo prazo. “Nós queremos que a prefeitura pare e, ao invés de pensar pura e simplesmente na Copa do Mundo, pense na cidade. Até porque, o evento esportivo será realizado em julho. Não me consta que neste mês o Maracanã tenha enchido em qualquer época”, disse.

As obras de preparação para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 vêm recebendo inúmeras críticas dos comitês populares, constituídos por movimentos sociais, acadêmicos e organizações políticas, nas 12 cidades sedes. De acordo com a ONG Justiça Global, que integra o comitê no Rio, as obras realizadas para esses megaeventos não estão voltadas para as reais necessidades e interesses da população, mas visam atender os interesses de grandes empresas e corporações dos ramos de construção, imobiliário, hoteleiro, de transporte, de turismo e de comunicação.

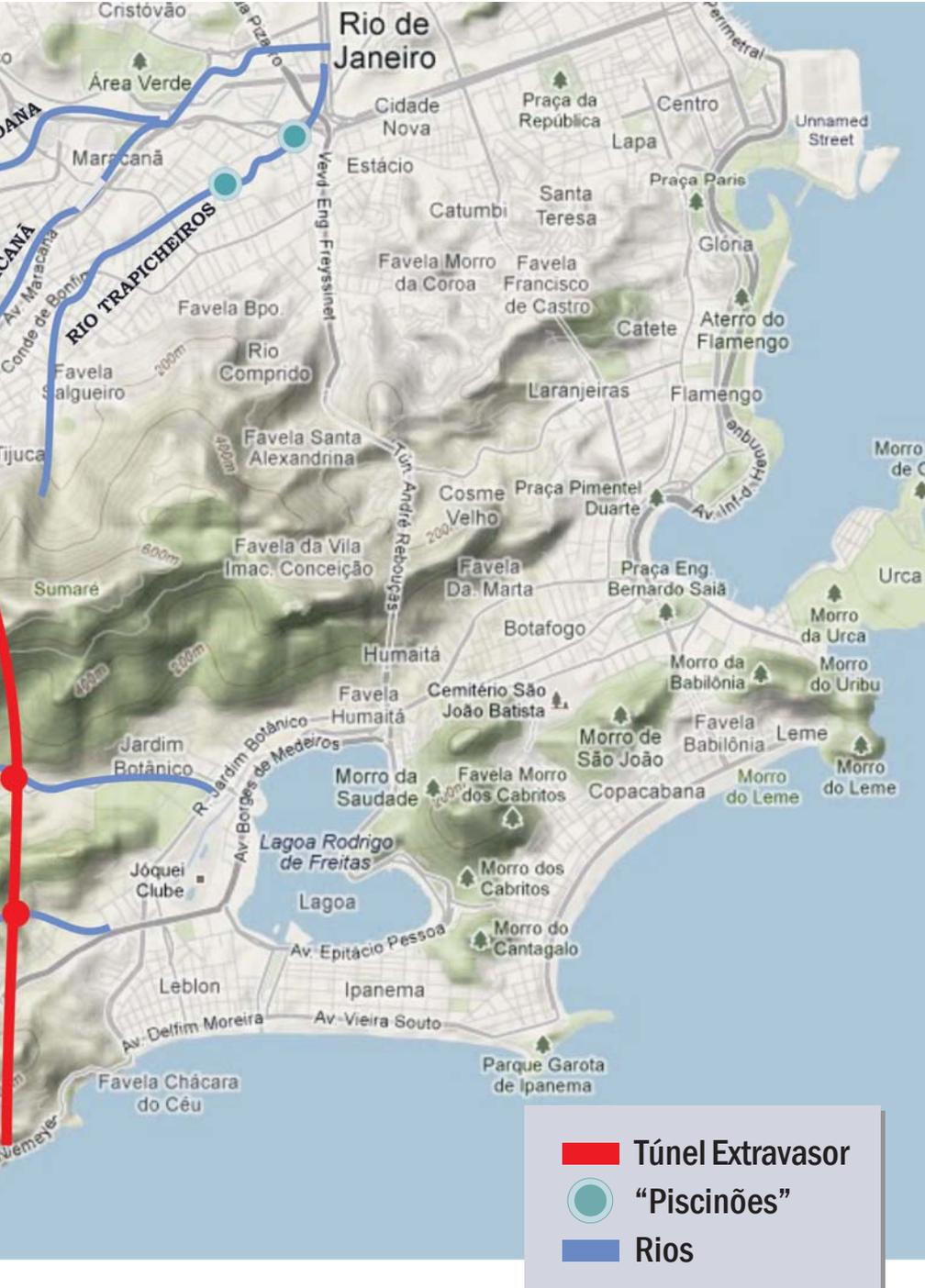


“Queremos que a prefeitura pare e, ao invés de pensar pura e simplesmente na Copa do Mundo, pense na cidade”

Piscinões

Os piscinões são grandes reservatórios que captam e reservam o excesso de águas das chuvas, que depois serão escoadas para as redes de drenagens e cursos de água. Eles atrasam a chegada das águas nas partes baixas das bacias. Esta ação reduz a possibilidade de transbordamento. O relatório da prefeitura aponta uma estimativa de redução de enchentes de apenas 20%, com a implantação dos reservatórios.

Ao todo serão construídos quatro reservatórios:



Arte sobre Google Maps

Foto: Marco Antonio Teixeira / Agência O Globo



Praça da Bandeira historicamente sofre com enchentes

Brasil pode aumentar em 87% o risco de enchentes até 2100

De acordo com estudo divulgado na Conferência das Nações Unidas sobre o Clima (COP-17), o risco de aumento de enchentes no Brasil pode ser de 87% mais alto até o final do século, se nada for feito para combater as mudanças climáticas. Esse é o valor central entre os dois extremos dos resultados apresentados pelos modelos climáticos, tanto de aumento (na maioria) quanto de redução do risco.

A pesquisa científica do Met Office Hadley Centre, da Grã-Bretanha, simulou os impactos, em 24 países, de emissões – no padrão atual – em 21 modelos climáticos diferentes. Cada modelo foi produzido por computadores que simulam a interação entre parâmetros de dados da atmosfera, temperaturas e oceanos.

A COP-17 foi realizada entre 28 de novembro e 9 de dezembro, em Durban, na África do Sul. Estiveram reunidos representantes de governo, de organizações internacionais e da sociedade civil. Esta Conferência tem a missão de que os governos estabeleçam acordos para reduzir a contaminação ambiental do planeta.

nos rios Trapicheiros, com volume de 70 mil m³; no Joana, com 143 mil m³; no Jacó, com 50 mil m³; e na Praça da Bandeira, com 18 mil m³. O projeto, elaborado pela Rio Águas também prevê o desvio do rio Joana por galerias subterrâneas, fazendo com que o deságue seja feito direto na Baía de Guanabara e não mais no canal do Mangue.

Problemas

Stelberto, que também é diretor do Clube de Engenharia, avalia que os reservatórios estão sendo construídos em termos ideais, ou seja, é “esperado que tudo funcione dentro do planejado: chove, o reservatório enche, as bombas esvaziam e prepara para a próxima chuva. Só que a prefeitura está esquecendo de uma coisa: se vier outra chuva e encontrar o reservatório cheio, vai alagar. Eles, também, não levam em conta que a rede de esgoto da Tijuca é antiga. E parecem esquecer que o rio Maracanã, rio Comprido, o Joana, o Trapicheiros e outros são hoje rios de esgoto. Isto porque não

foram feitas novas redes de coleta naquela região. A rede de esgoto de Vila Isabel foi construída por D. Pedro II. Nesta época não existia o Grajaú. Metade da Tijuca era a fazenda dos Macacos”, considera.

Para o engenheiro, o planejamento dos piscinões ignora, ainda, a quantidade de sedimentos, como areia e terra, e de lixo que serão levados para os reservatórios quando chover. “As bombas vão ter que tirar tudo isso, mas não existem garantias operacionais de que isso vai acontecer”, disse o diretor do Senge-RJ. Além disso, ele alerta para o fato de que a ideia de desviar os excedentes de água, com pequenos túneis, pode não funcionar quando a maré estiver alta. “Nós consideramos que os piscinões não serão a solução e muito menos se o túnel extravasador não captar parte dessa água”, alerta.

Túnel extravasador

Abandonado desde a década de 1970, o túnel extravasador previa resolver o problema da captação

das águas excedentes da Praça da Bandeira jogando-as no mar, no Costão do Vidigal, em vez de despejá-las na baía. A obra previa a construção de uma galeria que captaria as águas que fossem extrapolar a calha do rio Joana, no Grajaú, do rio Maracanã, na Tijuca, do rio Macacos, no Jardim Botânico, e do rio Rainha, na Gávea e jogá-las no mar. A intervenção serviria para resolver tradicionais pontos de alagamento como a Praça da Bandeira (Tijuca), a rua Pacheco Leão (Jardim Botânico) e a praça Sibélius (Gávea).

De acordo com o diretor do Senge-RJ, a prefeitura resolveu fazer algo às pressas e contratou uma empresa de São Paulo. Stelberto considera que o túnel extravasador não pode ser descartado. Entretanto, acredita que o projeto não deve ser encarado como a solução, mas como parte dela. “Ele [o túnel extravasador] é parte deste sistema de escoamento das águas da chuva na área da Praça da Bandeira. Além disso, é necessário um conjunto de ações, que não estão sendo consideradas e analisadas”. ■

A necessidade de regulamentação do trabalho terceirizado no Brasil

O processo de terceirização se caracteriza quando uma determinada atividade deixa de ser desenvolvida pelos trabalhadores de uma empresa e é transferida para uma outra empresa, então, chamada de “terceira”.

A terceirização no Brasil teve início com a crise dos anos 70 e 80, e se acentuou ao longo da década de 1990 num contexto de reestruturação produtiva e abertura do mercado brasileiro ao comércio internacional; da recessão que levou às empresas pensarem em alternativas de redução de custos; e das privatizações, que afetaram diferentes setores da economia e representaram uma quebra nas estruturas organizacionais, com fortes impactos sobre o nível de emprego e salários.

O trabalho terceirizado no Brasil ainda carece de regulamentação objetiva. Até o momento, com exceção de leis esparsas que versam sobre setores específicos, o principal instrumento jurídico de referência é a Súmula 331/1993, que reúne a jurisprudência – conjunto de decisões tomadas pelos tribunais – relativa à terceirização. Essa lacuna na legislação tem possibilitado interpretações diferentes para as situações julgadas nos tribunais, o que gera uma instabilidade jurídica para as partes envolvidas.

Recentemente o tema ganhou des-

taque com a realização de audiência pública pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), a primeira na história do órgão. O objetivo era discutir a terceirização de mão de obra nos setores de telefonia, tecnologia da informação, instituições financeiras e energia elétrica.

No passado, alguns esforços foram feitos no sentido de se legislar sobre a matéria, como os projetos de Lei 4.330/04, do deputado Sandro Mabel (PL-GO) e 1.621/07, do deputado Vicentinho (PT-SP). Elas representam perspectivas distintas no entendimento da questão, respectivamente de empresários e trabalhadores.

Na perspectiva empresarial, esse modelo tem como justificativa a possibilidade de potencializar a redução de custos, em especial o custo do trabalho, e de concentrar seus esforços na atividade fim da empresa. Lastreado no ideário neoliberal, a prática está relacionada com a chamada “focalização” das atividades da empresa, em que ela contrata outra empresa para a realização de parte do processo de produção e/ou compra insumos de terceiros para a produção de um bem final, o que antes era interno a sua própria estrutura produtiva. Além disso, ela pode terceirizar atividades não

relacionadas à sua atividade fim, como limpeza e conservação.

Para os trabalhadores, a terceirização tem significado, comumente, a precarização do trabalho. Não se tem conhecimento de estudos que apontem benefícios concretos para os trabalhadores terceirizados. Ao contrário, os estudos realizados apontam para consequências danosas para os que trabalham nessas condições. Entre os problemas

Não se tem conhecimento de estudos que apontem benefícios concretos para os trabalhadores terceirizados.

vividos por eles estão: diminuição de salários; redução de benefícios sociais; aumento da rotatividade; diminuição da qualificação da força de trabalho; jornadas de trabalho mais extensas; piora das condições de saúde e de segurança no ambiente laboral; e ainda, desorganização da representação sindical.

A partir da Audiência Pública, o PL 4.330/04 voltou a tramitar no Congresso. Até o momento, foram propostas algumas emendas, mas ainda há divergências sobre o texto final. Em novembro, o projeto encaminhado pelo deputado Mabel foi aprovado na Comissão de Trabalho e Administração do Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados e se encontra agora na Comissão Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Trata-se de importante momento

para realizar a disputa sobre o arcabouço legal que irá reger as relações de trabalho terceirizado no Brasil, sob o risco de a regulamentação aprovada permitir a ampliação dessa prática que tem se mostrado prejudicial ao trabalhador. Nesse sentido, faz-se necessária a mobilização das entidades representativas para fazerem valer os interesses dos trabalhadores nessa importante disputa, a qual encontra forte articulação do empresariado no sentido de intensificar a terceirização.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) elaborou alguns estudos sobre o tema. Para mais informações ver: Os trabalhadores frente à terceirização (Pesquisa DIEESE nº 7 – maio de 1993); Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro (Estudos e Pesquisas nº 50 – março de 2010); e Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha (DIEESE e CUT - setembro de 2011).

i – Como exemplo, o recente estudo “Terceirização e morte no trabalho: um olhar sobre o setor elétrico brasileiro” (DIEESE, 2010) apontou que mais da metade da força de trabalho do setor elétrico do país é terceirizada (55,5%), sendo que, em 2008, a taxa de mortalidade verificada entre os trabalhadores terceirizados foi 3,21 vezes à computada para o quadro próprio. A taxa ficou em 47,5 para os terceirizados contra 14,8 para os trabalhadores do quadro próprio das empresas.

art GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

SENGE NAS EMPRESAS

● NOVO SALÁRIO MÍNIMO VALE A PARTIR DE JANEIRO

O novo salário mínimo, que começará a vigorar a partir de 1º de janeiro, será R\$ 622,00. Os engenheiros deverão ficar atentos ao seu piso salarial (SMP), pois o mesmo deverá ser reajustado. Para os empregados da Eletrobras, levando-se em consideração a jornada utilizada, esse valor deverá ser de nove salários mínimos, valor próximo à R\$ 5.625,00.

De acordo com a Lei de nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, o reajuste é definido

pela soma do INPC-IBGE acumulado em 2011, estimado em 6,7% (o valor exato somente será conhecido no fim de janeiro próximo), acrescido da taxa de crescimento real do PIB para o ano de 2010, que ficou em aproximados 7,5% (que ainda poderá ser revisto pelo governo).

O parecer da Comissão Mista de Orçamento, no Congresso, considerou o percentual de 14,26% e fixou o mínimo em R\$ 622,73, o qual deverá ser, então, arredondado para os R\$ 622,00, conforme vem ocorrendo nos últimos anos.

● GANHO É MAIOR PARA DATA-BASE NO SEGUNDO SEMESTRE

Negociações com data-base no segundo semestre têm melhores reajustes. É o que indica o Dieese. A comparação considera a variação de preços medida pelo INPC, calculado pelo IBGE. A tabela abaixo retrata a variação dos Aumentos Reais Médios.

SEMESTRE	ANO			
	2008	2009	2010	2011
1º	0,78%	0,68%	1,53%	1,33%
2º	1,20%	1,25%	2,23%	1,46%
Ano	0,85%	0,78%	1,65%	1,35%

Senge-RJ encerra ciclo de comemorações

Debate sobre a Primavera Árabe e obliteração de selo postal marcam os 80 anos do Senge

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), encerrou, no dia 12 de dezembro, o ciclo de comemorações por seus 80 anos com o debate a 'Primavera Árabe – a história que a mídia não contou', com participação do jornalista Mário Augusto Jakobskind e do cartunista Carlos Latuff. Na ocasião a entidade realizou, também, o lançamento dos selos em homenagem ao seu aniversário, e da revista com a história da entidade.

Para obliteração, ato que coloca a peça oficialmente em circulação, foram convidados a funcionária do Senge-RJ Célia Satil, que recebeu o álbum com os selos, a vice-presidente, Lusía de Oliveira e o presidente do sindicato, Olímpio dos Santos.

Após a cerimônia, o presidente do Senge-RJ convidou o jornalista Mário Augusto Jakobskind, que também lançou o livro 'Líbia: barrados na fronteira', e o cartunista Carlos Latuff para compor a mesa.

Mário Augusto Jakobskind fez parte da delegação brasileira que foi à Líbia em agosto. O objetivo era elaborar um relatório sobre as consequências dos bombardeios. O documento deveria ser entregue ao ex-secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan. A delegação não conseguiu chegar ao seu destino devido à intensificação dos bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na estrada que conduz a Trípoli.

Manipulação

“Tivemos que mudar a pauta e conhecemos a realidade de outro país que havia passado por uma revolução da Primavera Árabe. Acompanhamos de lá uma cobertura da mídia muito manipulada através das agências internacionais e até da Al Jazeera. O Qatar tinha muitos interesses e mostrava imagens tentando legitimar um apoio popular que não existia, parecido com o que está ocorrendo hoje na Síria”, disse Jakobskind.

Segundo o escritor “hoje são muitos



1) Mesa formada por Mário Augusto Jakobskind, Lusía Oliveira, Olímpio dos Santos e Carlos Latuff. 2) Célia Satil mostra o álbum com os selos, ao lado do chefe de filatelia, João Gonçalves. 3) O presidente do Senge-RJ e a Vice (4) obliterando o selo.

os protestos pelo mundo. É uma retomada que o sistema tenta de todas as formas evitar que se propague. Há muita participação popular e precisamos pensar nesses movimentos de massas. Esse tipo de informação não é divulgada”.

O cartunista Carlos Latuff, conhecido por ser militante da causa Palestina, tem acompanhado os avanços das manifestações do norte da África. Latuff afirmou que não existe imprensa isenta. “Ela pode até não admitir, mas trabalha com lados”.

Manifestações

Carlos Latuff acredita que, “na Líbia, o início dos protestos teve inspiração no que aconteceu no Egito e na Tunísia. As pessoas foram realmente para as ruas”, afirmou. Para ele, ocorreram dois momentos. No primeiro “havia uma grande insatisfação popular. Isto porque todos esses levantes ocorreram por conta dos regimes de força, autoritários e de longa data”. No segundo, houve o “sequestro” das manifestações populares pelos interesses do ocidente, “ai lê-se: OTAN, EUA, França, Itália”.

Jogo de Interesses

Jakobskind advertiu que a intervenção da OTAN e dos países ocidentais nada tem a ver com a garantia da democracia, mas com o petróleo. O jornalista avaliou que a preocupação das potências ocidentais, especialmente



Fotos de Claudionor Santana



dos EUA, é com o controle militar da região em conflito, coordenado pelo Comando do Pentágono para a África (Africom). Além de facilitar o acesso aos recursos da África e do Oriente Médio a finalidade é bloquear o crescimento econômico de países como a China e a Rússia.

Internet

Desde o início das manifestações no norte da África, Latuff tem enviado charges de protesto, através do Twitter, para países envolvidos na Primavera Árabe. “A geração anterior recebia as informações pelos jornais. Hoje isso mudou; a internet possibilita você ser não só receptor, mas também produtor de notícias”, disse.

O diretor do Senge-RJ, Jorge Saraiva, afirmou que a internet apresenta alternativas, mas não acredita que ela possibilite um acesso democrático. “Nela há domínio e também direcionamento. Se a pessoa não tem o endereço correto e bons contatos, vai nos sites de busca. Os primeiros endereços são da mídia comercial”, considerou.

Latuff concordou com a colocação de Saraiva. Entretanto, ressaltou que “a internet não é a tábua de salvação, mas é um divisor de águas”.

Inaugurada Delegacia Sindical

“Queremos aproximar os engenheiros para debater tanto as questões corporativas, quanto as de interesses da sociedade”, disse Olímpio dos Santos, presidente do Senge-RJ.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro inaugurou, dia 9 de dezembro, a delegacia sindical do Sul Fluminense, em Resende. O evento contou com a participação do presidente do CREA-RJ, Agostinho Guerreiro, e reuniu profissionais da área da engenharia e sindicalistas da região.

Olímpio dos Santos afirmou que o sindicato está “com uma política de interiorização. Começamos por Resende por esta ser uma região que está se industrializando muito rapidamente”. A região vive um momento de expansão com a



Mário Lúcio, diretor geral da delegacia sindical

chegada de novas indústrias e investimentos com a instalação do polo metal mecânico do Sul Fluminense – siderurgia, metalúrgica, ferrovias e automobilístico.

Olímpio destacou que é obrigação do sindicato, em parceria com o CREA, levar o apoio jurídico e a ajuda necessária nas negociações coletivas para os profissionais da região. Além de discutir questões de interesse de toda sociedade, como: mobilidade urbana, educação e saneamento.

“Não temos mais a necessidade de um desenvolvimento econômico puro e simplesmente. O desenvolvimento deve ser para melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros”, disse o presidente do CREA-RJ, Agostinho Guerreiro.

O engenheiro da Emater, Mário Lúcio Machado Melo, diretor geral da sede regional, afirmou que hoje há uma visão de que trazer indústria é desenvolvimento. Segundo ele, em parte isso é verdade “porque gera riqueza, emprego e até movimentação para outros ramos. Entretanto, a nossa preocupação como engenheiros é que seja mantida a qualidade de vida da região, para que a sociedade possa se desenvolver de forma sustentável e equilibrada”.

Licitação não garante tarifas mais baratas

Especialistas da COPPE e do Ilumina afirmam que leilão de usinas geradoras, serviços de transmissão e distribuição de energia não garante redução de tarifas para o consumidor

O Debate sobre o Setor Elétrico – Tarifas, Modelos e Planejamento – realizado no dia 1º de dezembro, no Clube de Engenharia, discutiu o vencimento das concessões no setor e o que isso pode vir a representar no bolso do consumidor final.

Participaram do debate o representante da COPPE/UFRJ, Roberto Pereira D’Araújo, o coordenador do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina) no Nordeste, José Antônio Feijó de Melo, a assessora do Conselho de Energia da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Tatiana Lauria, e o secretário executivo do Ilumina e conselheiro do Clube de Engenharia, Olavo Cabral. A mediação foi do primeiro vice-presidente do Clube, Manoel Lapa.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o Ministério de Minas e Energia foram convidados, entretanto não enviaram representantes. Para o diretor do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), Agamenon Oliveira, “atualmente baixou a ditadura sobre o setor elétrico. Você chama o governo para discutir e não aparece ninguém. Eles só vão para a discussão da Fiesp”.

O coordenador do Ilumina, José Antônio Feijó de Melo, considerou o não comparecimento do governo como “uma desfeita ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro e à população em geral. O governo deve satisfação ao povo”, afirmou. Feijó criticou, ainda, a ausência da Fiesp.



Mesa composta por Roberto Pereira D’Araújo, José Antônio Feijó de Melo, Manoel Lapa e Tatiana Lauria. De pé está Luiz Pinguelli Rosa.

“Atualmente baixou a ditadura sobre o setor elétrico. Você chama o governo para discutir e não aparece ninguém.”

Legislação

A partir de 2015, começam a vencer as concessões de usinas geradoras, serviços de transmissão e distribuição de energia. A maior parte dos contratos está sob o controle de empresas estatais, como a Companhia Hidrelétrica de São Francisco (Chesf).

Embora a Lei 9.074, de 1995, afirme que o governo, ao final da concessão, deve realizar novos leilões, tem se discutido a possibilidade de renová-las, alterando a legislação.

Entretanto, entidades que representam as indústrias, como Fiesp e Firjan, são contrárias à mudança da legislação. De acordo com as duas federações, a realização de leilões resultaria na redução das tarifas de energia elétrica. Esta

posição é criticada pelos especialistas do Ilumina e da COPPE.

Para o coordenador do Ilumina, o que realmente faz com que as tarifas brasileiras estejam entre as mais caras do mundo é o modelo de mercado. Feijó lembra que em 1995, com o início das privatizações, já se falava que a redução das tarifas e o “suposto aumento da eficiência” viriam com a competição entre as empresas privadas. Contudo, “o resultado real todos nós já sabemos: temos as tarifas mais altas do mundo”, disse Feijó.

Impostos

D’Araújo lembra que a carga tributária e os encargos setoriais figuram como os vilões preferidos de muitos analistas. Entretanto, o engenheiro afirma que “mesmo se nós entregarmos as usinas a zero reais a redução máxima é de 7%”. E avalia que “ainda sem os impostos, a energia elétrica brasileira é muito cara”.

O engenheiro aponta que a tarifa subiu “em todos os lugares nos quais o modelo de mercado foi adotado para o setor elétrico”. Se comparado com o Canadá – que possui a matriz energética semelhante à do Brasil – apresenta resultados preocupantes para o consumidor. “Em Quebec o modelo de mercado não foi adotado. A fornecedora é uma em-

presa estatal lucrativa. Já nas províncias onde o modelo de mercado foi adotado, as tarifas dispararam”, explica.

Excluindo os impostos, o carioca gasta 50% a mais que um morador de Toronto (com impostos) e quase três vezes o que paga um morador de Montreal (com as taxas).

Licitações

Tatiana Lauria afirmou que os pontos que levaram a Firjan a se posicionar a favor das licitações – apoiando a posição da Fiesp – foram a transparência, a eficiência e a segurança jurídica. “Não cumprir o que está determinado na lei abre precedentes para que, em outros momentos, não se cumpra novamente”, explicou.

O professor da COPPE/UFRJ e ex-presidente da Eletrobras, Luiz Pinguelli Rosa, rebateu: “Qual a transparência que temos no mercado privado? Nenhuma! O posicionamento da Fiesp, de que eliminando as concessões e licitando as usinas a energia vai baratear, é um equívoco”, disse.

Quanto à eficiência, o engenheiro e consultor Fábio Resende lembrou que, em setembro de 2011, uma das nove comportas da Usina Hidrelétrica de Salto Osório se soltou. A usina, localizada no Paraná, é administrada por um grupo particular belga-francês, comprador da Eletrosul.

Sobre a questão da segurança jurídica, José Feijó disse que “uma eventual manutenção da lei e a consequente licitação das concessões não garantiria uma redução tarifária para os consumidores”. Segundo ele, “melhores resultados poderiam ser obtidos simplesmente por decisões gerenciais do próprio governo federal”.

Debate público

Pinguelli destacou a necessidade de se levar o debate até a opinião pública sob outra ótica: “Nós não devemos restringir o debate em cima de concessão. O que interessa a todos é ter um sistema eficiente, capaz de vender energia a preços razoáveis e compatíveis com o caráter hidrelétrico da geração brasileira”.